

**EDcl na SUSPENSÃO DE LIMINAR E DE SENTENÇA Nº 2.489 - SP  
(2019/0061953-7)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : SÉRGIO BARBOSA JÚNIOR - SP202025**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**REQUERIDO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Município de São Paulo (SP) à decisão de fls. 315-320, que suspendeu "**os efeitos da medida liminar deferida no Agravo de Instrumento n. 2149082-47.2018.8.26.0000/50000, em tramitação no TJSP**" (fl. 320).

Em suas razões (fls. 345-347), o embargante, após breve relato do atual andamento do feito na origem, aponta erro material no dispositivo.

Aduz que, ao contrário do que dele constou, o TJSP manteve a tutela de urgência deferida pelo Juízo de 2ª Vara Cível da capital em vez de ter originariamente deferido a liminar.

Ressalta que, não obstante "tratar-se de singelo erro material incapaz de alterar as conclusões e os fundamentos de tão primorosa decisão, entendeu-se por bem opor esse recurso com o fim de afastar quaisquer alegações infundadas que eventualmente possa surgir a respeito da validade e eficácia daquela decisão" (fl. 346).

Conclui: "A r. decisão embargada inibirá grave lesão à ordem e à economia públicas, que ocorreria caso o leilão que se avizinha não se realizasse ou fosse realizado de forma precária" (fl. 347).

Pede o acolhimento dos embargos para a correção do erro material indicado.

A parte embargada apresentou impugnação e pugnou pelo julgamento do agravo interno por ela interposto (fls. 355-360).

É o relatório. Decido.

O embargante alega a existência de erro material na decisão embargada, notadamente no dispositivo.

De fato, a tutela de urgência foi deferida pelo Juízo de primeiro grau e

confirmada em agravo de instrumento, não tendo sido deferida em grau de recurso, conforme constou do dispositivo da decisão embargada.

A leitura do relatório e da fundamentação do *decisum* embargado deixa claro que a decisão deferitória da tutela de urgência – proferida pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo (Processo n. 1031742-37.2018), mantida pelo relator do Agravo de Instrumento n. 2149082-47.2018.8.26.0000 e posteriormente referendada pela 11ª Câmara de Direito Público do TJSP no julgamento do subsequente agravo interno – tem o condão de causar lesão à economia pública, caso mantidos seus efeitos.

Trata-se de mero erro material que pode e deve ser sanado nesta via, para evitar questionamentos futuros.

Acolho os embargos de declaração para corrigir o dispositivo da decisão embargada, que passa a ter a seguinte redação:

"Ante o exposto, **defiro o pedido para suspender os efeitos da medida liminar confirmada no Agravo de Instrumento n. 2149082-47.2018.8.26.0000/50000, em tramitação no Tribunal de Justiça de São Paulo**".

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente